

Surto do metanol provoca reação da Câmara Federal

Aprovada urgência para tornar crime hediondo adulteração

Por Karoline Cavalcante

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quinta-feira (2) o regime de urgência para a votação do Projeto de Lei 2307/07, que classifica como crime hediondo a adulteração de alimentos e bebidas com substâncias perigosas à saúde, como o metanol — composto tóxico que provocou internações e mortes recentes em São Paulo, Pernambuco e Brasília. Apresentado há mais de 15 anos pelo ex-deputado Otavio Leite (PSDB-RJ), o PL prevê penas mais severas para a falsificação de bebidas alcoólicas.

Com a urgência aprovada, o texto pode ser levado diretamente ao plenário, sem a necessidade de análise prévia pelas comissões temáticas da Casa. O mérito da proposta ainda será avaliado, mas a expectativa é de que a votação avance com celeridade, impulsionada pela gravidade dos novos casos.

Se for aprovada, a falsificação de bebidas com substâncias tóxicas passará a integrar a lista de crimes hediondos — que inclui homicídio qualificado, estupro e latrocínio. Nesses casos, os condenados cumprem pena inicialmente em regime fechado e não têm direito a anistia, indulto ou fiança.

Casos

A movimentação no Congresso ocorre em meio ao aumento preocupante de intoxicações por metanol. Em coletiva de imprensa nesta quinta-feira, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, confirmou 59 notificações no país: 12 casos confirmados e 47 sob investigação. Até o momento, uma morte foi oficialmente confir-



Duy Nod/Pixabay

Surto de intoxicação por metanol. moveu a Câmara

mada em São Paulo, e outras sete estão em análise — cinco também na capital paulista e duas em Pernambuco.

Entre os óbitos em investigação está o do advogado Luiz Fernando Pacheco, 51 anos, encontrado morto em uma rua de Higienópolis, bairro nobre de São Paulo. Pacheco era fundador do Grupo Prerrogativas — coletivo formado por juristas brasileiros — e atuou na defesa do ex-deputado José Genoíno (PT) durante o escândalo do Mensalão.

Outro caso de destaque envolve o rapper Gustavo da Hungria, conhecido como Hungria Hip Hop. Internado na UTI do Hospital DF Star, em Brasília, o artista está em tratamento com hemodiálise — procedimento de filtragem do sangue — após apresentar sintomas como dor de cabeça intensa, náuseas, vômitos, visão turva e acidose metabólica, indicativos de intoxicação por metanol.

Ações

Diante da gravidade da situação, o Ministério da Saúde montou uma sala de situação para monitorar os casos e coordenar ações de vigilância e resposta em saúde pública. Equipes técnicas analisam os dados e orientam medidas a serem tomadas por estados e municípios.

A Vigilância Sanitária também intensificou as fiscalizações e interditou bares e distribuidoras suspeitos de comercializar bebidas adulteradas. Os principais produtos sob suspeita são destilados populares como gim, vodca e uísque.

O metanol, quando ingerido, é metabolizado em compostos altamente tóxicos que podem causar danos severos ao fígado, cegueira, falência de órgãos e até a morte. Mesmo em pequenas quantidades, os sintomas podem incluir insuficiência respiratória, perda da visão e coma.

O tratamento depende da

rapidez no atendimento e da administração de antídotos específicos. O governo orienta que qualquer pessoa que apresente sintomas após consumir bebidas alcoólicas procure imediatamente serviços de emergência e entre em contato com canais especializados, como o Disque-Intoxicação da Anvisa (0800 722 6001) ou o Centro de Controle de Intoxicações de São Paulo (0800 771 3733).

PF investiga

A Polícia Federal instaurou inquérito para apurar a origem do metanol utilizado nas bebidas adulteradas e investiga possível envolvimento do Primeiro Comando da Capital (PCC), facção ligada ao crime organizado.

Segundo o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, há indícios de distribuição interestadual da substância, possivelmente conectada a esquemas já identificados em outros estados, como o Paraná.

PL não deve tentar salvar mandato de Carla Zambelli

Por Karoline Cavalcante

A licença da deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) chegou ao fim nesta quinta-feira (2), reacendendo a pressão sobre seu mandato. Afastada desde maio sob justificativa de tratamento de saúde e motivos pessoais, Zambelli permanece detida na Itália, enquanto a Câmara dos Deputados se prepara para contabilizar oficialmente suas ausências.

Se um parlamentar acumular ausências não justificadas em mais de 1/3 das sessões ordinárias de uma sessão legislativa, a Secretaria-Geral da Mesa apura a frequência, notifica o deputado e, caso a justificativa seja recusada, é declarada a cassação do cargo, sem necessidade de votação em plenário. A não ser que a decisão de sua custódia seja revista, o retorno à atividade legislativa se torna, na prática, impossível.

Além do risco por faltas, a deputada enfrenta um processo em curso na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa Baixa, que analisa se a condenação criminal sofrida por ela no Supremo Tribunal Federal (STF) — que decidiu pela aplicação de dez anos e oito meses de prisão por falsidade ideológica e invasão de dispositivo informático qualificado por prejuízo econômico — deverá acarretar a perda do mandato. O caso em questão se refere à invasão dos sistemas



Lula Marques/ Agência Brasil.

Presa na Itália, Zambelli depôs ao Conselho de Ética

do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), executado em 2023 pelo hacker Walter Delgatti.

Cassação

Durante depoimento prestado à CCJ na última quarta-feira (24), Zambelli declarou que, “em pouco tempo” será solta, porque o processo foi injusto “do começo até o final”. Na ocasião, ela acusou o relator do seu caso no STF, ministro Alexandre de Moraes, de perseguição política e negou envolvimento com a violação da segurança do serviço público. No início de setembro, porém, Delgatti foi ouvido como

testemunha no colegiado. Presso em Tremembé (SP), ele reafirmou que foi orientado por Zambelli a invadir o sistema do CNJ, acrescentando que a deputada solicitou que ele inserisse um falso mandado de prisão contra Moraes.

Embora o Supremo tenha determinado também a perda automática do mandato após a condenação com trânsito em julgado, a Câmara optou por não aplicar a medida diretamente, em respeito ao princípio da separação entre os Poderes. Caso a comissão recomende a cassação, a decisão final dependerá do aval do

plenário, que precisa de ao menos 257 votos favoráveis para efetivar a punição.

Situação delicada

A parlamentar também acumula outra sentença: cinco anos e três meses de reclusão por porte ilegal de arma e constrangimento ilegal. A decisão se refere ao episódio em que a deputada perseguiu o jornalista Luan Araújo pelas ruas de São Paulo com uma arma em punho, durante ato político no período eleitoral de 2022.

Na época do episódio, parte do campo oposicionista selou o rompimento definitivo, incluindo o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que a responsabilizou pela derrota eleitoral naquele pleito. Em entrevista ao Correio da Manhã, o cientista político Isaac Jordão avaliou que não vê o Partido Liberal movimentando para livrar o mandato de Zambelli, já que ela não faz parte dos quadros antigos da sigla e não está bem quista na ala bolsonarista. “Pode ser que façam movimentos simbólicos, mas quando chegar no momento decisivo não vão sacrificar pautas para salvá-la”, observou Jordão.

Caso a cassação ou a perda por faltas seja confirmada, a cadeira de Zambelli será assumida pelo suplente Coronel Tadeu (PL-SP), ex-vice-líder do partido na Câmara. Ele já ocupou o posto durante a licença da titular.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



Hugo Motta preside sessão que aprovou isenção do IR

Governo comemora vitória, mas mantém desconfiança

O governo comemora muito a aprovação na Câmara, por unanimidade, do projeto que isenta de imposto de renda quem recebe até R\$ 5 mil por mês — mas não acha que o resultado indica o fim de seus problemas com o Congresso Nacional.

O Palácio do Planalto avalia que seria difícil para os deputados recusarem uma proposta tão popular, mas atribui a goleada

ao desgaste acumulado pela Câmara em setembro, principalmente ao aprovar a PEC da Blindagem ou da Impunidade.

Desgastada, a Câmara, nas palavras de um petista, precisou “limpar a própria imagem”, o que viabilizou um amplo acordo que permitiu a aprovação do projeto e a derrubada de destaques que retiravam a tributação dos mais ricos.

Abalo na base

Mas não há ilusões quanto a uma recomposição da base governista no Congresso, abalada recentemente pela decisão da federação União Brasil-PP de romper com o governo. Isto implicará na saída dos ministros André Fufuca (Esporte) e Celso Sabino (Turismo).

Sem virada

“Não houve uma virada”, resume o tal petista. Isso, porém, não impede o próprio partido de comemorar vitórias “pontuais e importantes”, como a derrota da PEC e a aprovação do projeto do IR e a melhor comunicação do governo, principalmente nas redes sociais.

Marcos Oliveira/Agência Senado



Alcolumbre ficou irritado com ameaça

Revoltado, presidente do Senado reagiu e atacou

Outra vez, o radicalismo bolsonarista colaborou para uma derrota da oposição. Presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP) ficou irritado com a ameaça feita pelo deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP).

O filho do ex-presidente citou a possibilidade de o senador ser incluído numa nova lista de puni-

ções norte-americanas.

A ameaça ocorreu quando Alcolumbre tentava administrar a pressão por anistia feita na Câmara por integrantes do PL.

Fiel ao estilo bateu-levou, o presidente do Senado tratou de articular a rejeição da PEC da Blindagem, complicou a relação com a Câmara e ajudou na mudança de clima.

Coadjuvante

Alcolumbre também não gostou de ser atropelado quando articulava — com o STF, com tudo — uma alternativa à anistia defendida por bolsonaristas. Tinha a expectativa de ser o protagonista de uma solução menos radical, a proposta de redução de penas.

Bola parada

Ao se sentir caroneado pela decisão do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), de votar a urgência do projeto de anistia e articular a redução de penas, Alcolumbre chutou o balde. Não aceita sequer discutir a proposta, que está parada, sem definição.

Pisca-alerta

O governo bate palmas para o presidente do Senado, mas sabe que sua dívida com ele aumentou ainda mais — a conta costuma vir salgada. Trata de manter o bom relacionamento; e de não tirar o olho do projeto do imposto de renda, que pode ser mudado pelos senadores.

Sem salto alto

Para evitar problemas e retaliações por parte da Câmara, Lula ligou para Motta, fez questão de agradecer pela votação do projeto do IR, que classificou de histórica. Tenta não passar a imagem de que está feliz com os escoregões da Câmara e de seu presidente.